

Interações entre África, Europa e Novo Mundo no Atlântico: imigração africana, comércio de escravos e trocas culturais

Connections between Africa, Europe and the New World in the Atlantic: African immigration, slave trade and cultural exchange

Ana Paula Pereira Costa*

Resenha

THORNTON, John Kelly. *A África e os africanos na formação do mundo Atlântico, 1400-1800*. Rio de Janeiro: editora Campus, 2004, 436 p.

Palavras-chave: comércio de escravos, cultura afro-atlântica, Novo Mundo.

Tendo como pano de fundo o Oceano Atlântico e suas migrações intercontinentais envolvendo Europa, África e América, o livro do historiador John K. Thornton "*A África e os africanos na formação do mundo Atlântico*" traduzido recentemente para o português pela Editora Campus, sob a coordenação de Mary Del Priore, é uma tentativa de resgatar a pouco conhecida imigração de africanos para as Américas Inglesa, Espanhola e Portuguesa e a sua atuação no desenvolvimento do mundo Atlântico.

O livro se divide em duas partes: a primeira abordando a interação sócio-econômica entre África e Europa, e a segunda abordando o papel sociocultural dos africanos no Novo Mundo. Em linhas gerais, o autor procurou demonstrar que os africanos foram participantes ativos na formação do mundo atlântico, seja enquanto parceiros dos europeus no comércio de escravos, seja enquanto atores na elaboração de uma cultura afro-americana nas Américas, a partir de sua condição de escravos.

* Mestranda em História Social pela UFRJ - Endereço Eletrônico anappcosta@ig.com.br

Deste modo, Thornton buscou descaracterizar posições que alegam que o lugar da África no comércio atlântico era de submissão aos europeus devido ao baixo nível de desenvolvimento deste continente e a incapacidade de reprodução cultural dos africanos nas Américas devido aos grilhões impostos pela escravidão.

Na primeira parte composta pelos quatro primeiros capítulos, Thornton assinala os aspectos sócio-econômicos da África onde um diálogo com o historiador francês Fernand Braudel e sua abordagem de história regional é latente. Estes capítulos são os mais originais, nos quais o autor demonstra um profundo domínio do seu objeto, procurando rebater a teoria da dependência da África no comércio de escravos.

Nos capítulos 1 e 2 um profícuo diálogo é travado com Walter Rodney e Ralph Austen no sentido de refutar a versão, defendida por estes dois estudiosos, de um comércio de escravos entre África e Europa destrutivo e desigual cujo resultado foi a situação atual de subdesenvolvimento da África. Para tanto Thornton assinala o papel ativo dos africanos neste comércio se apoiando, sobretudo, em dois argumentos: a existência de uma cultura marítima africana, que dificultava a invasão européia; e uma resistência territorial de povos hostis à imposição de interesses europeus no comércio, levando ao estabelecimento de transações pacíficas, baseadas na negociação.

Nos capítulos 3 e 4 chegamos ao cerne desta primeira parte: a tentativa do autor em demonstrar que a escravidão era disseminada e inata à sociedade africana. Para refutar idéias de especialistas – como Paul Lovejoy – que consideram a imposição do comércio de escravos como resultado das desigualdades comerciais e da pressão militar dos europeus, Thornton demonstra que o comércio atlântico de escravos foi resultado da escravidão interna já existente no continente africano. Tal escravidão interna derivava da ausência de propriedade privada de terra, sendo a principal fonte de riqueza desta sociedade a posse de outro ser humano. Nestes moldes, por ser a terra corporativa, isto é, gerida por corpos sociais (concentrados em aldeias e clãs, por exemplo) a escravidão humana foi o meio utilizado para forçar um indivíduo a trabalhar na terra, ao contrário do que ocorria na Europa que, por adotar o sistema de propriedade privada, não necessitava da coerção para que um indivíduo trabalhasse na mesma.

Demonstrar o estabelecimento do comércio atlântico de escravos não como algo imposto à África pela Europa por pressão de seus mercados ou por autoridade política, mas como algo que resultou da própria organização interna da sociedade africana, ou seja, um sistema gerado internamente do qual os europeus apenas se apropriaram, é o mérito desta primeira parte.

Na segunda parte da obra, que se estende do capítulo 5 até o 11, o autor enfoca a atuação dos africanos nas Américas Inglesa, Espanhola e Portuguesa a partir de um duplo impacto: o uso de sua força de trabalho na economia destas regiões e a sua influência na formação de uma cultura afro-americana.

Os motivos que permearam a escolha do africano para se tornar escravo nas Américas é o tema dos capítulos 5 e 6. Destacamos aqui o mérito de Thornton em analisar as imigrações africanas para o continente americano, um tema pouco enfocado pelos historiadores dedicados ao estudo da Época Moderna, que na perspectiva do autor, propiciou profundas transformações no Novo Mundo. Para Thornton a condição de escravo não impediu que os africanos se tornassem os atores centrais no novo meio cultural do mundo Atlântico através da formação de uma geração *creole* que, a partir de suas interações sociais, atuou como elemento transmissor da cultura africana.

Os dois capítulos seguintes discutem o tipo de cultura que se desenvolveu entre as sociedades escravas do Atlântico. Neste momento um diálogo com os trabalhos de Sidney Mintz e Richard Price é travado com o objetivo de refutar as afirmações destes acerca da ausência de homogeneidade na cultura africana, havendo inúmeras culturas independentes. Thornton argumenta que apesar das disparidades, em termos lingüísticos – usado pelo autor como um dos principais indicadores culturais – pode-se dividir a África atlântica em apenas três zonas culturais que se subdividem em sete subzonas. Assim sendo, a heterogeneidade cultural diminuiria com a comunicação destas três zonas através de trocas culturais obtidas pelas relações comerciais, pela ancestralidade filosófica e religiosa comum, sendo a formação da cultura afro-atlântica nas Américas derivada desta base comum.

No capítulo 9 a religião é analisada como um estudo de caso para se visualizar as mudanças na cultura africana verificadas após a chegada dos escravos à América, onde a partir da transformação das concepções religiosas africanas, teve-se o surgimento de um cristianismo afro-americano fundado no catolicismo europeu e nas religiões africanas.

O mundo dos rebeldes e fugitivos é analisado no capítulo 10, destacando-se 3 tipos de resistências usadas pelos escravos: a “cotidiana”, a *petit marronage* (usada com meio de reivindicar melhores condições de trabalho, com o escravo usando seu comportamento como instrumento de negociação) e a *grand marronage* (usada como meio de libertar-se dos senhores e fundar uma comunidade própria, os quilombos, tendo as raízes africanas um papel de destaque na organização destas propriedades). Havia ainda, mesmo que em minoria, os revolucionários que, ao contrário dos demais, procuraram fundar uma nova sociedade no mundo colonial, isto é, tomar seu controle.

Por fim, no capítulo 11, o autor enfatiza mais detalhadamente o século XVIII ressaltando o aumento da importação de escravos pelas Américas, estimulado pelas guerras internas do continente africano e pelo banditismo. Essa nova leva de escravos desencadeou o surgimento de inúmeras culturas neo-africanas, que dominaram a vida cotidiana dos americanos africanos nos setecentos.

O mérito desta segunda parte está em tentar resgatar a humanização na condição de ser escravo, não o analisando apenas como força motriz das economias americanas, assinalando sua subjetividade através da análise de elementos culturais, da religiosidade e de resistências. Entretanto estes capítulos finais apresentam alguns problemas. Thornton se mostra influenciado por uma perspectiva multiculturalista, que se adequa mais especificamente à América do Norte, onde muitas das considerações que faz acerca da cultura afro e sua influência no Novo Mundo não podem ser generalizadas para regiões como a América Portuguesa e Espanhola. Por exemplo, a pouca atenção dispensada à influência cultural do indígena e sua atuação no continente americano não pode ser aceita para as Américas Espanhola e Portuguesa, pois tiveram papel de suma importância no início da colonização destas regiões. Além disso, as análises do autor se baseiam sobretudo em documentos dos séculos XVI e XVII, com poucas fontes primárias relativas aos séculos XV e XVIII, o que não deixa de ser problemático. Seus argumentos se fundamentam sobretudo em material secundário resultando assim em muitas generalizações sem embasamento empírico. Como exemplo, podemos citar o caso do Brasil colonial em que o autor se utiliza basicamente dos trabalhos de Stuart Schwartz, Ciro Flamarion Cardoso e Fernando Novais para fundamentar suas constatações¹.

Assim sendo, apesar de todas as simplificações que uma obra com um enfoque "macro" possui, o trabalho de John Thornton nos leva a reavaliar a figura do africano como agente passivo da dominação europeia, seja nos aspectos econômicos, no caso no comércio de escravos, seja nos aspectos culturais, revelando o africano como personagem e/ou ator histórico que também teve sua parcela de participação na formação do Novo Mundo. Estes pontos nos mostram o quão o livro de Thornton é profícuo em constatações inovadoras que instigam no leitor inúmeros questionamentos acerca da complexa relação entre África e Europa a nível intercontinental; bem como das imigrações de africanos para o continente Americano que, apesar dos obstáculos enfrentados na exploração de seu trabalho, conseguiram perpassar seus traços culturais para o outro lado do Atlântico.

Notas

- ¹ SCHWARTZ, Stuart. **Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society: Bahia, 1550-1835**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985; CARDOSO, Ciro Flamarion. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis, 1979; NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil no Antigo Sistema Colonial, 177-1808**. São Paulo, Hucitec, 1983.